

# A NORDESTINIDADE VISTA DO CEARÁ\*

*André Haguette* \*\*

A campanha de uma residência abastada do bairro Aldeota de Fortaleza toca. A empregada vai atender. "Uma esmola pelo amor de Deus" pede um homem maltrapilho. A empregada se dirige à dona da casa: "Dona Luíza, tem um nordestino no portão pedindo esmola". Surpresa, dona Luíza responde: "Um nordestino! Mas você não é nordestina também?" A empregada chocada nega: "Eu? Não. Não estou passando fome"!

Essa estória não é ficção; é apenas a narração de um fato verídico acontecido alguns dias após a Campanha "Nordestinos em busca de soluções" da TV Globo (1983). A estória é sobretudo significativa: ela relança o Nordeste na trama das relações sociais nacionais. Tradicionalmente, o Nordeste tem sido caracterizado, antes de tudo, por seus traços físicos tendo-se feito uma distinção entre o "Nordeste úmido" de Gilberto Freire e o "Nordeste árido" de Djacir Menezes. Periodicamente, por ocasião do fenômeno recorrente da seca,

---

\* Este texto foi escrito há aproximadamente dez anos. No entanto, uma série de publicações e de debates recentes, assim como nossas próprias pesquisas, justificam a atualidade de suas teses e de seus questionamentos.

\*\*Professor titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia.

o Nordeste árido ganha atenção nacional, não por ter resolvido de forma definitiva seus problemas, mas por ter aliviado uma situação de calamidade.

A programação da Rede Globo de TV nada inova, pois situa-se dentro da mesma tradição. É interessante, todavia, notar que terão sido necessárias enchentes desproporcionais na região sul do país para que fossem lembrados os efeitos de uma estiagem prolongada sobre os nordestinos (desde 1979). E quando a consciência popular define ingenuamente a nordestinidade em termos de fome, ela não faz nada senão apropriar-se, a sua maneira, das definições dominantes que foram e continuam sendo regionalistas. Assim, o sul do país, inundado, opõe-se ao nordeste seco. Que haja distinções geo-físicas importantes em várias partes de um país continental, que haja também uma diferença cultural entre estas partes, nada disto surpreende. A diversidade ecológica e social, afinal, é rotina na vida das sociedades humanas e tem proporcionado riqueza no processo civilizatório. O que constitui surpresa para a imaginação sociológica e, portanto, deve ser explicado, é a manutenção, ver até o incremento, das desigualdades sociais dentro de uma mesma unidade societária. Se os determinismos ecológicos e culturais fossem absolutos na manutenção e extensão das desigualdades, não seria possível explicar o desenvolvimento das nações nem a constante transformação das culturas. Que forças seriam capazes de manter populações no mesmo espaço geográfico e dentro dos mesmos costumes e hábitos repetidamente derrotados? Como explicar a alteração no espaço e no tempo geo-social da riqueza e da miséria, do poder e da dominação, da hegemonia e da dependência? Além dos aspectos naturais e culturais, faz-se necessário olhar os aspectos econômicos, políticos e institucionais para explicar o desenvolvimento desigual das nações e regiões. O fenômeno da seca sendo um fenômeno recorrente, é previsível e, portanto, superável. Cabe, então, perguntar porque nunca foi superado? (Cabe, também, notar que a miséria e pobreza do Nordeste não se prendem à falta d'água: o Nordeste úmido, que já foi das regiões mais ricas do mundo em outro século, produz hoje uma população carente de acordo com todos os indicadores sociais. E a chuva na região semi-árido não retira a maioria da sua população de um permanente estado de carência). A nordestinidade - se de fato existir tal coisa - não

---

pode residir fundamentalmente nem no seu clima árido, nem na fome de seus habitantes que podem ser efeitos, mas não causas, de fenômenos sociais profundos e persistentes. Se nordestinidade existir, ela se encontra na especificidade de suas relações sociais com o resto do país.

Aliás, no final de 1982, um outro acontecimento, que não a seca e a fome, destacou o Nordeste e o projetou no cenário nacional: o apoio maciço que os nordestinos deram ao partido político do governo, o PDS, contrariando a opção oposicionista do resto do país. O isolamento ou a especificidade partidária no Nordeste ficou tão aparente que se pode dizer, com razão, que o PDS tinha se tornado "partido do Nordeste". Faria sentido então, parafraseando a empregada de nossa estória, alguém dizer que "não é nordestino, já que votou na oposição"?

Este artigo busca entender o significado da nordestinidade a partir de uma compreensão do espaço social cearense. A questão central parece residir na possibilidade de apontar uma dinâmica social própria das relações sociais desta "região" e não na sua delimitação geofísica quando relacionada e comparada à dinâmica prevalecente no resto do país. Neste sentido, poderiam coexistir no Brasil várias "regiões" desde que não tomadas em si e separadamente mas, sim, vistas em termos da diferenciação de sua articulação econômica política e institucional ao núcleo dinamizador do país. Assim, não teremos a imagem visual de um conjunto de "regiões" espacialmente justapostas mas um todo diferencialmente articulado, tanto no tempo como no espaço.

### **A CRÍTICA DO REGIONALISMO**

A crítica do regionalismo e dos conceitos das regiões tem sido realizada por vários autores nos seus diferentes níveis de realidade. A idéia fundamental é que as regiões não existem como uma categoria abstrata e, portanto, não podem ser tomadas como unidade originária de análise. Isto implica "que o desenvolvimento regional não pode ser discutido ou estudado abstratamente. As regiões não se desenvolvem. Teorizar sobre o trajeto do desenvolvimento capitalista dentro de uma região requer uma análise empírica que identifica as estruturas cultural,

política e econômica que se desenvolvem historicamente, tanto internamente como em relação as outras regiões".(Markusen, 1981, p. 97). Sem dúvida o mesmo poderia ser dito do trajeto de outra forma de desenvolvimento que não o capitalista - o socialista, por exemplo.

Raymond Aron, numa entrevista à revista Isto É (Nº 355/83), notava que "na América Latina não há nem mesmo o capitalismo americano... Muitos países ainda são governados pela oligarquia fundiária. Outros são países intelectualmente desenvolvidos, quase superdesenvolvidos, no sentido de que têm demasiadamente intelectuais em relação a suas necessidades. Mas ainda lhes falta o funcionamento do regime político. Creio que, no Brasil, a região de São Paulo se assemelha a um capitalismo relativamente eficaz, que não exclui uma certa dose de transferências sociais. Já no Nordeste não existe capitalismo mas um regime escravista em decomposição. O Brasil é um país no sentido político, mas economicamente são muitos países que, por milagre, se mantêm unidos..."Eis uma observação da diversidade das regiões no Brasil; mas será necessário o recurso ao milagre para explicar a unidade do território e do Estado brasileiros? Não seria mais explicativo e sociológico sustentar, seguindo Francisco de Oliveira, que na produção e reprodução de um sistema social global (um Estado-Nação) há "zonas de localização diferenciadas de atividades econômicas" (e políticas) e que, se existem tendências e pressões de homogeneização monopolista do espaço econômico, tal homogeneização só pode ser construída diferencial e contraditoriamente? Assim, antes de se definirem, dentro de limites territoriais-políticos-administrativos, as regiões compõem "espaços onde se imbricam dialeticamente uma forma espacial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição". (Oliveira, 1977, p.29).

Nesta concepção de região, a dimensão política relacionada e imbricada no econômico assume uma importância privilegiada, pois o fechamento da região depende do controle de certas classes dominantes e "requer", exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação ou

mais claramente as relações de produção. A "abertura" da região e a conseqüente "integração" nacional no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorrem quando a relação social não pode ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional". (Idem, p. 31-32).

A crítica ao regionalismo territorial-político-administrativo nestes termos apresenta, entre outras vantagens, a de insistir no caráter transitório das regiões de acordo com a dinâmica de suas relações de produção dominantes, de suas formas de articulações com outras regiões e o polo hegemônico nacional e do jogo de poder dominante. Torna-se possível desta forma, reconhecer, como escreve ainda Francisco de Oliveira, que a "região" Nordeste tem sofrido mutações importantes no curso da história econômica e social nacional", bem como admitir a existência de várias "regiões" dentro do que hoje é o Nordeste. Reconhecia-se, no período da Colônia, "regiões" dentro do que é hoje o Nordeste: o locus da produção açucareira (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas), espaços relativamente indiferenciados com atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial (Ceará e Piauí). O Maranhão, ligado de forma diversa ao capitalismo mercantil e os espaços que hoje correspondem aos Estados da Bahia e Sergipe, não eram considerados como "Nordeste". (Ibidem, p. 32-33).

Não cabe aqui relembrar a história das "regiões" dentro do "Nordeste" tal como definido contemporaneamente. Nosso propósito é teórico e metodológico pois visa encontrar a unidade de análise capaz de explicar a especificação diferenciada da nordestinidade. Esta, bem compreendida, só poderá significar um duplo movimento: um primeiro, de caracteres comuns às regiões dentro do Nordeste, tais como a relação colonial (externa e interna), o abandono pelo poder central como conseqüência da federalização e centralização econômica e política, a formação de uma classe dominante ou de uma elite totalmente dissociada da massa populacional. Um segundo movimento, de aprofundamento da diferenciação das regiões principalmente devida às várias formas do capital, na esfera da produção e circulação, com uma subsequente

organização político-institucional e social. Ambos os movimentos devem mostrar uma especificidade para poder se falar em nordestinidade.

### **AS ORIGENS DO CEARÁ**

Engana-se, pelo menos em relação ao Ceará, Raymond Aron quando diz que "no Nordeste do Brasil existe um regime escravista em decomposição". Originariamente, o Ceará foi um vasto e subpovoado curral de gado, trabalhado por homens livres, em função da região açucareira, esta voltada para atividades extrativas de exportação. Somente na segunda metade do século XIX é que o algodão reunir-se-ia com a pecuária e, mais tarde, a carnaúba (a descoberta da cera de carnaúba se deu no início do século XX) para transformar o Ceará "num vasto algodal segmentado em milhares de pequenas plantações, e a imbricação latifúndio-minifúndio, comerciante-fazendeiro, fazendeiro-exportador, não ocorreu em nenhum outro lugar do Nordeste com maior profundidade que ali" (Ibidem, p.50). Neste momento, o Ceará vai fazer sua entrada no mercado internacional e criar mecanismos de reprodução semelhantes aos da produção cafeeira, pois passa a ser subordinado ao capital comercial e financeiro externo (inglês e norte-americano) que se apossa, também, da esfera da circulação.

Esse tipo de formação e evolução econômica do Ceará vai proporcionar uma forma de estrutura de poder e dominação peculiar. No pólo dominado da relação, uma massa anônima e silenciada de pequenos proprietários, parceiros, posseiros, empregados domésticos e artesãos sem direitos civis, políticos e sociais - sem cidadania alguma - totalmente dependentes dos patrões e dos coronéis do algodão-pecuária (e de sua corte administrativa de capangas e cangaceiros) que pouco a pouco se tornarão, também, comerciantes e industriais, além de políticos absolutos que já eram. É difícil - ou até impossível - identificar nesta estrutura de dominação, marcada por uma extrema concentração de poder em poucos agentes sociais, uma estrutura de classes no sentido clássico do termo. A dominação que se erigiu deixava pouca ou nula margem de contestação e até mesmo de negociação parecendo representar mais um jogo de "soma zero". Além do trabalho e da submissão, a história dos dominados se fez sentir em raros momentos e sob forma

específica: os "rebeldes primitivos", movimento ambíguo na sua natureza e nas suas formas, "ora em favor dos coronéis, ora punem, ora defendem meeiros e pequenos sitiantes" (Ibidem, p. 44) e outros movimentos sociais pacatos e religiosos (O Caldeirão, por exemplo) que foram combatidos e eliminados sem nenhuma piedade. A religiosidade foi, sem dúvida, a manifestação popular mais representativa e generalizada de um estado de submissão brutal sem perspectiva. Será preciso esperar a aliança classe média-operários, na cidade, para encontrar movimentos tipicamente de classes e com feição moderna.

Nesse contexto de polarização extrema, o Estado que fosse surgir, se modernizando gradualmente, não poderia apresentar contradições de classes acentuadas e dificilmente deixaria de ser mera extensão de dominação agrária e doméstica exercida pelos coronéis. De fato, no Ceará, e mais do que em qualquer outro lugar do país, o Estado apresentou-se de forma oligárquica e indistinta da esfera da sociedade civil; veio prolongar e reforçar o poder pessoal e privado dos coronéis, abrindo mais um flanco na disputa entre eles. Nem a hegemonia nem a forma familiar de administrar o Estado dos coronéis foram seriamente contestadas por outros grupos ou classes, embora tenha havido constantes e violentas lutas entre eles. Luta política extremamente circunscrita em termos de classes que, todavia, alargou-se em termos de "regiões". Houve de fato, no início deste século, uma luta entre os senhores do açúcar e os coronéis do complexo algodão-pecuária pela captura das instituições do Estado central cujos recursos iriam fortalecer, não os vários interesses dentro do Nordeste nem dentro de uma mesma região do Nordeste, mas os interesses da elite de uma região. Desta forma, o Nordeste nunca foi unânime e solidário e nunca apresentou-se unido face ao poder nacional neste século. Por um lado, seus interesses econômicos se diferenciaram, assentados que são em bases diferentes de acumulação embora igualmente coloniais e predatórias; e, por outro, suas classes dominantes ou elites, embora igualmente concentradas e autocráticas, lutaram "regionalmente" pelo domínio das instituições e verbas federais para fortalecer seus interesses particulares. Formação e mecanismos semelhantes repousando sobre bases diferenciadas e conflitantes. A homogeneidade do Nordeste em termos dos

mecanismos de acumulação colonial e estrutura de poder e dominação com conseqüente e uniforme quadro de miséria camufla uma intensa heterogeneidade tanto a nível econômico como político, permitindo o uso da ideologia da nordestinidade para fins de interesses oligárquicos peculiares e privados. Eis o ensinamento da história da economia política do Nordeste e de suas "regiões". Será o Nordeste contemporâneo diferente?

### **CEARA ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO**

O Ceará contemporâneo continua profundamente marcado por determinações de sua formação econômica, política e social; antes e de mais nada por não ter havido neste Estado, contrariamente a outros Estados, nem mesmo uma "revolução burguesa incompleta" nas palavras usadas por Florestan Fernandes para descrever as conseqüências da Revolução de 30. Nenhuma ruptura abrangente significativa veio redirecionar sua evolução já que dificilmente podem ser chamadas de ruptura ou revolução burguesa as conseqüências advindas na sua estrutura produtiva provocadas pela criação do Banco do Nordeste e da SUDENE e os efeitos na sua estrutura de emprego e social do Milagre Brasileiro.

Sem dúvida, o traço marcante do Ceará atual em relação a seu passado é a velocidade e amplidão da sua urbanização. Enquanto que em 1940, segundo dados dos censos do IBGE, 1.616.004 pessoas viviam no campo, 475.028 moravam no meio urbano; em 1980 a relação meio rural-meio urbano se inverte: 2.480.353 pessoas habitam no campo e 2.817.397 em ambiente urbano. O município de Fortaleza atinge, em 1980, 1.308.919 habitantes ou seja, aproximadamente, 25% da população do Estado. Há boas razões para acreditar que a persistir por mais dois anos a já longa estiagem que se abateu sobre a região, a capital atingirá em 1986, pelo menos 2.000.000 habitantes.

Acostumados pelos teóricos da modernização a utilizar o fenômeno da urbanização como indicador de modernidade, muitos podem pensar que o Ceará transformou-se passando de uma estrutura agrária ou arcaica para uma estrutura moderna ou industrial. Tal não é o caso



---

pois sua urbanização provem fundamentalmente das pressões de expulsão exercidas pela persistência de formas produtivas e de poder obsoletas no interior e não de uma dinâmica absorvedora de força de trabalho nos centros urbanos.

A modernidade capitalista, com efeito, tem sido vista, de acordo com a experiência européia e norte-americana e na crença de uma repetição serial dos mesmos mecanismos devido ao contato do "arcaico" com o "moderno", como o inter-relacionamento tanto entre os níveis econômico, político e cultural como internamente a cada um de vários processos. Ao nível da estrutura econômica, quatro processos se destacariam: 1) no campo tecnológico, uma mudança de técnicas simples e tradicionais para uma aplicação de saber científico; 2) na agricultura, uma evolução de uma agricultura de subsistência para uma produção comercial de bens agrícolas; 3) na indústria, a transição do uso da força de trabalho humano e animal para a industrialização propriamente dita; 4) e nos arranjos ecológicos, o movimento da fazenda e aldeia para centros urbanos. (Smelzer, 1968, p. 126).

A dinâmica interrelacionada destes quatro processos não se deu no Ceará, contrariamente a outras regiões do Brasil - principalmente o Centro-Sul - ficando isolado o movimento intenso no arranjo ecológico. A razão precípua reside no fato do Ceará ter conservado sua posição periférica tradicional na divisão do trabalho a nível nacional e ter exportado mais força de trabalho e recursos financeiros do que recebido o impacto de capital externo (nacional e estrangeiro) de maneira que ficou relativamente intacto; sua modernização ficou aparente sobretudo por conta do crescimento do aparato do Estado, via transferências federais. Mesmo os efeitos da política da SUDENE não conseguiram transformar a estrutura produtiva tanto no campo como nas cidades do Ceará, embora se possa notar, a partir dos anos 60, uma "nova industrialização" em setores chamados tradicionais da economia (têxtil, alimentos, beneficiamento de produtos agrícolas), "nova industrialização" realizada na sua grande maioria com capital e organização familiar locais. Não houve nesta "região" criação de enclaves modernos como no outro Nordeste, Recife e Bahia.

Em termos gerais, pode-se caracterizar a base produtiva do Ceará como inadequada para prover ocupação satisfatória para toda sua base demográfica cada vez mais concentrada nas cidades. Essa inadequação decorre, de um lado, de insuficiência quantitativa de atividades econômicas tanto de base rural como de base urbana, o que tem a ver com as possibilidades do Estado para o desenvolvimento de atividades econômicas. Em outras palavras, depende das potencialidades em termos de recursos naturais disponíveis, de infra-estrutura e de mercados, assim como de recursos humanos, tecnologia e capital.

Por outro lado, a inadequação da base produtiva decorre, também, da natureza qualitativa das atividades produtivas e, especialmente, da forma como estão distribuídos os fatores de produção. Em relação às atividades rurais, a estrutura fundiária concentrada é um empecilho ao aumento da produção e à melhoria da distribuição da renda. "O binômio latifúndio-minifúndio é causa de preservação de *status quo*, dificultando as possibilidades de transformação social e de desenvolvimento econômico. Enquanto o latifúndio se especializa na pecuária e na monocultura e se constitui em fonte de poder econômico e político, o minifúndio tem o papel de produzir alimentos para subsistência e para o mercado local, além de constituir-se no reservatório natural de mão-de-obra para as demais atividades. No final, observa-se a existência de terras não adequadamente aproveitadas no latifúndio, enquanto nos minifúndios se concentra o subemprego da mão-de-obra, onde baixos níveis de produtividade regulam os rendimentos da força de trabalho no meio rural e meio urbano. Como resultado, o quadro de pobreza absoluta e a expulsão da população para as cidades e para outros Estados". (Magalhães, 1983, p. 2).

Neste contexto de empobrecimento do campo cearense devido à ação recorrente das secas, à persistência de formas obsoletas de propriedade, posse e trabalho, e minado por formas perversas de "modernização" - por exemplo a finalidade especulativa dos latifúndios como garantia de empréstimos bancários aplicados no comércio e/ou na indústria urbanas - as atividades industriais e terciárias urbanas não podem receber o contingente de força de trabalho expulso nem muito menos atraí-lo condignamente. Como diz ainda Magalhães, "se bem que se

---

reconheça que, no contexto do Nordeste, a nova industrialização do Ceará é mais coerente com a dotação regional de fatores - no Ceará tem sido menor o custo de um emprego industrial, porque os ramos industriais implantados são relativamente mais utilizadores de mão-de-obra - ainda assim a contribuição da indústria para a criação de empregos tem ficado muito aquém das necessidades. A estrutura da distribuição da renda a nível nacional, e a inserção da economia industrial do Estado no contexto regional e nacional, induzem a adoção de tecnologias competitivas a nível nacional, as quais, por sua vez, são importadas de países desenvolvidos, onde a mão-de-obra é fator escasso. Em consequência, essas tecnologias são necessariamente poupadoras de mão-de-obra". (1983, p. 3).

Em outras palavras, apesar de tudo, o recente surto de expansão industrial foi marcado, como já dissemos, por um processo de substituição tecnológica que incidiu fortemente sobre setores tradicionais (têxtil, alimentar, de vestuário e de minerais não metálicos) promovido sob as imposições das leis de competitividade, o que leva a pensar que se o espaço cearense fosse compelido a uma integração industrial na divisão nacional do trabalho, seu problema de excesso de força de trabalho não seria resolvido ipso facto, muito pelo contrário. (O que aconteceu em Pernambuco e na Bahia).

Além do mais, tanto a pouca disseminação espacial das atividades econômicas como a própria natureza dos investimentos instalados no Ceará, geralmente de baixo poder germinativo, agravam a pressão por emprego e renda.

Em 1970, o município de Fortaleza detinha 62,3% do emprego industrial, 51,2 e 41,9% do emprego em serviços e comércio, respectivamente; em 1975, estas percentagens eram de 65,3, 74,0 e 40,5%. Por outro lado, embora venha se observando um crescimento do tamanho médio das empresas, prevalecem, mais acentuadamente, as de pequeno e médio porte na atividade industrial. Em 1975, numa amostragem compreendendo as firmas mais expressivas que representavam 98,2% da produção industrial do Estado, 55,4% delas tinham menos que 10 pessoas empregadas e 76,3% menos que 20 pessoas ocupadas.

Ademais, para aquele conjunto industrial, a constituição jurídica denotava uma incipiente capacidade de modernização capitalista vez que 46,9% das mesmas eram firmas individuais, 31,3% de sociedades limitadas e de pessoas e apenas 19,4% de sociedades anônimas. Sem dúvida, esta característica organizacional de gerenciamento está afeita ao próprio tamanho da firma prevalecente e da relativa dificuldade de abertura do capital e, portanto, de uma dinâmica empresarial restrita.

Este quadro, agravado por uma distribuição concentrada dos meios de produção - terra, capital e tecnologia - resulta em concentração de renda e riqueza e lança uma pressão excessiva sobre o chamado setor informal. Pouco interessa no Ceará a taxa de desemprego contabilizada de acordo com padrões norte-americanos - e que pode talvez ser aplicada significativamente em São Paulo, por exemplo - tal é o subemprego ou a subutilização da força de trabalho tanto rural como urbana.

Na cidade, entretanto, ocorre uma manifestação mais transparente devido, principalmente, às pressões sobre custo de reprodução da força de trabalho o qual tende a ser mais alto que no meio rural, o que força, necessariamente, a consolidação de vastos bolsões periféricos de pobreza e marginalidade social.

As várias atividades exercidas em condições precárias de trabalho, com baixos níveis de produtividade e de rendimento, no meio urbano sejam as de pequeno comércio, serviços autônomos instáveis e pequenas manufaturas cuja a organização mais propriamente capitalística é muito débil, ou inexistente, dão a tônica do subemprego neste meio.

Para o Estado do Ceará, segundo pesquisa realizada pelo SI-NE-Ce em 1979, o nível de subemprego atingia cerca de 36% da força de trabalho, sendo mais dramática a situação nos municípios de médio porte (47%); ademais, constatava também que o meio rural apresentava uma taxa ligeiramente superior ao meio urbano, 36 e 35%, respectivamente. Sobrelevam-se de modo importante nestes dois setores as atividades primárias com 49,2% e as terciárias com 34,7%.

---

Ao se considerar a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e os municípios de médio porte, verifica-se que as taxas de subemprego são sensivelmente maiores no setor terciário (68 e 41%, respectivamente), o que reflete a urbanização desigual, excludente, característica de áreas subdesenvolvidas.

No meio rural, a permanência do subemprego decorre da consolidação das atividades produtivas de subsistência desenvolvidas nas pequenas propriedades por um lado, e, por outro, das relações de produção encetadas nas médias e grandes propriedades em formas de parceria e baixo assalariamento. No fundo, subsiste um relativo imobilismo estrutural no complexo latifúndio-minifúndio que culmina numa pressão demográfica "excessiva" sobre a terra, consubstanciando os fluxos migratórios no sentido campo-cidade.

Das unidades produtoras 90% têm menos de 100 ha e detêm somente 32,5% da área total enquanto que 1,3% dessas unidades tem mais de 500 ha e detém 34% da área total. Este quadro fundiário mostra seu real significado quando se nota que as unidades produtoras com menos de 100 ha são responsáveis por mais de 70% do emprego gerado e as unidades produtoras com mais de 500 ha são responsáveis somente por 5,3% do emprego. Da população economicamente ativa na agricultura, em 1980, 85% ou não era remunerada ou recebia menos de 1 salário mínimo. (Em termos do Nordeste, Brasil e São Paulo, os números são, respectivamente, 78%, 55% e 38%). Estes dados se tornam dramáticos quando se leva em consideração que 44% da PEA cearense se encontra na agricultura, setor que tem uma participação média de 35% na formação do PIB quando se considera um período de 10 anos. Ultimamente esta participação vem decrescendo em função dos efeitos das secas (em 1980, foi de 14,8%). Além do mais, o rendimento monetário médio no meio rural representava no mesmo ano tão somente 39% do rendimento médio do meio urbano.

## **O CEARA SOCIO-POLÍTICO CONTEMPORÂNEO**

O argumento deste artigo tem sido, até o momento, de que a especificidade econômica do Ceará contemporâneo em relação a outras "regiões" do país reside na sua frágil inserção na dinâmica moderna do capital. O Ceará conservou seu espaço num estado de reserva, o que teve como consequência uma relativa persistência de formas tradicionais de operar. Na medida em que esta inserção se deu, ela teve efeitos perversos para as classes subalternas que constituem a grande maioria da população. Segundo dados da FIBGE, em 1980, 28,7% da população economicamente ativa percebia, como rendimento médio mensal, até 1/2 salário mínimo e 30,3% de 1/2 a 1 salário mínimo. A situação vem se agravando. Enquanto 50% da população mais pobre do Ceará percebe 15,2% de renda pessoal, 1% da população mais rica percebe 15,7 e 10%, 51,9%. Quando estes dados são desagregados em termos de zona rural e zona urbana bem como de sexo, a desigualdade toma maiores contornos ainda.

Consoante com a nossa concepção de região anteriormente definida, em que a dimensão política relacionada e imbricada no econômico assume uma importância privilegiada pois o fechamento da região depende do controle de certas classes dominantes, é preciso observar que no plano sócio-político e administrativo-institucional perdura um jogo de poder e dominação quase que de estilo "soma zero". O que se conclui partindo de qualquer indicador social e político tomado dentro de uma bateria a mais ampla possível, é uma coisa só (aqui todos os caminhos levam à mesma conclusão): a situação social do espaço cearense é extremamente concentrada. No topo uma classe dominante (ou elite) diminuta, na base uma massa numerosa e desmobilizada que, se contribui para a fraca acumulação produzida, dela não se beneficia. No meio, uma frágil e conivente classe média que busca mais sua ascensão principalmente mediante possíveis benesses do Estado do que uma reversão da situação.

Já que a estrutura produtiva agrária é inoperante e recessiva - ainda mais nestes anos seguidos de estiagem - e que a estrutura industrial é pouco diversificada e limitada, a captura do Estado e de seus

---

aparelhos continua sendo a grande meta da atividade da classe dominante cearense. Longe do Estado parece não haver salvação. Como o Estado é escasso tanto nas suas gratificações materiais como simbólicas, a luta pelo seu controle continua intensa e talvez se intensifique dia-a-dia. A classe dominante cearense, reduzida em número, é também extremamente reduzida na sua composição, pois existe uma concentração física - em termos de pessoas - de várias categorias sociais: políticos, latifundiários, empresários, grandes comerciantes. Persiste o aspecto familiar, clânico e, portanto, oligárquico da classe dominante cearense, como persistem traços tradicionais no seu comportamento.

Continua prevalecendo em grande proporção a identidade entre o poder público e o poder pessoal e doméstico dos donos do poder, característica da era dos antigos "coronéis". Não se verifica no aparato institucional do Estado do Ceará uma nítida separação entre o público e o privado, separação que tanto contribui para o aumento da cidadania nos países capitalistas centrais. Isto apesar do movimento de seu aparato. As sociedades modernas, com efeito, desenvolveram uma burocracia eficiente, baseada, até certo ponto, no controle das decisões pelos beneficiários, na universalidade e no anonimato de seus serviços, na eleição de seus dirigentes, no rodízio dos cargos de poder e prestígio, na meritocracia de seus profissionais. Este comportamento institucional, se não elimina a dominação exercida pela burocracia, limita-a seriamente.

O aparelho burocrático do Estado do Ceará ainda é de natureza patrimonialista. Seus mecanismos ainda são o centralismo personalista, o exclusivismo, o regime de favor, a outorga pessoal, o empreguismo clientelístico, o nepotismo e, muitas vezes, a corrupção impune de seus detentores. Tal comportamento evidenciou-se nos meses que precederam e sucederam às eleições de 15 de novembro de 1982. Milhares de empregos foram criados pelo então Governador Manuel de Castro Filho que, na televisão, reconheceu ter criado 20.000 cargos pressionado que foi por outras correntes dentro do próprio partido. Após as eleições, a população cearense atônita via os assim chamados três coronéis - os ex-governadores Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra - repartir entre suas correntes os cargos dos diversos

escalões em fidelidade a um acordo celebrado em Brasília para pacificar o PDS em torno do nome do professor Luis de Gonzaga Fonseca Mota como candidato a governador. Viu-se parentes assumirem cargos, candidatos derrotados a vereador tomarem o lugar de arquivista, engenheiro tornar-se diretor pedagógico... etc. Estes exemplos e outros que poderiam ser lembrados seguem uma lógica: a do particularismo e da outorga pessoal. Basta lembrar aqui o depoimento do deputado estadual Aquiles Peres Mota, Presidente da Assembléia Legislativa e Secretário Geral do PDS cearense, sobre o presidenciável Paulo Maluf e os mecanismos da política para demonstrar o argumento: "Eu tenho uma simpatia muito grande pelo deputado Maluf e explico porque: Ele é um homem que cultiva as amizades e tem aqueles gestos mínimos de carinho para com a família da gente, para com os filhos, a esposa, para a gente mesmo. É um homem que telefona e demonstra essa amizade e isso é muito importante pois política é feita na base da amizade". (Jornal O Povo. 16/10/83).

Nesse contexto de amizade, é fácil entender porque não pôde florescer no Ceará uma oposição forte. A oposição de fato se centralizou no interior da ARENA e do PDS à sombra do poder. O que existe na vida partidária cearense são, em realidade, os velhos partidos PSD e UDN que não quiseram correr o risco de uma oposição aberta; o PDS vive dividido em correntes adversárias mas unidas na concepção da política.

Assim, a classe dominante cearense fecha a "região" em torno de si, de seus interesses e de seus currais, reclamando por mais verbas e recursos do erário federal sem que se note um efetivo atendimento às necessidades básicas da população. Por outro lado, o que esperar em termos de fortalecimento da sociedade civil de camponeses sem terra, operários sem fábricas, autônomos sem mercado de trabalho, migrantes sem chão onde se fixar, habitantes da capital e de cidades de porte médio sem casa, escolarizados sem saber ler nem escrever...? Poderiam estes condenados do sistema ter força política para influir nos destinos do Estado?

A pobreza e a miséria, o desemprego e subemprego, a falta de escolarização, a fome e agora a sede facilitam e tornam estratégica a



---

submissão. É claro que, sobretudo na Capital, nota-se um avanço da organização civil. Mas a falta de uma cidadania representativa mobilizada e agressiva continua sendo a marca do espaço social cearense. São homens livres numa ordem que, embora subordinada ao capital, continua, na sua prática civil e política, patrimonialista. Ordem sem dúvida obsoleta mas adequada a um espaço cujo estatuto é de servir de reserva de mercado.

### **BIBLIOGRAFIA**

- MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Prioridades para a Transformação da Sociedade Cearense*. UFC, Mimeo, 1983.
- MARKUSEN, Ann R. "Região e Regionalismo": um Enfoque Marxista" in Espaços e Debates, ano 1, n. 2, maio de 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião, SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SMELZER, Neil. *J. Essays in Sociological Explanation*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc. 1968.